

Embate sobre rumos da apuração

Correio Braziliense - 28/01/2016

Enquanto petistas criticam direcionamento das investigações da Lava-Jato, oposição avalia que fecha o "cerco" contra Lula

A oposição vê a 22ª fase da Operação Lava-Jato, chamada de Triplo X, como um agravamento da situação do PT e, ao mesmo tempo, o aumento de indícios de envolvimento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em irregularidades. Já os petistas destacam que não há evidências concretas de participação de Lula com os crimes apurados e criticam um suposto direcionamento das investigações.

Apesar de Lula e familiares não serem alvos diretos da operação, a Polícia Federal incluiu o triplex que seria do ex-presidente no rol de imóveis com "alto grau de suspeita quanto à sua real titularidade". Os investigadores analisam se a empreiteira OAS lavou dinheiro por meio de negócios imobiliários com o intuito de favorecer o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, preso desde abril, acusado de corrupção e lavagem de dinheiro.

Para o líder do PPS, deputado Rubens Bueno (PR), a operação significa um cerco contra o ex-presidente. O parlamentar avalia que mais evidências contra o petista devem surgir nos próximos meses. "A Polícia Federal já está na vizinhança de um dos principais chefes da organização criminosa que assaltou não só a Petrobras, mas diversas empresas públicas do país. Com a investigação contra os seus filhos e outra sobre a evolução de seu patrimônio pessoal, Lula partiu para o ataque", afirmou.

A estratégia da oposição é pressionar para que Lula compareça às CPIs da Câmara, como a que investiga desvios em fundos de pensão. Outra opção é a CPI do **Carf**, a próxima na fila a ser instaurada. "Vamos tentar de todas as formas trazê-lo aqui", disse o novo líder do DEM, deputado Pauderney Avelino (AM). "Todos os azulejos e cerâmicas daquele prédio sabem que o apartamento é do Lula", completou.

"Especulação indevida" Já a presidente Dilma Rousseff afirmou que o "ônus da prova é de quem acusa" e defendeu o direito à ampla defesa, ao deixar reunião com governantes da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribe (Celac), no Equador. "Eu me recuso a responder perguntas desse tipo porque se levantam acusações, se levantam insinuações e não me dizem por que, como, quando, onde e a troco do que", disse Dilma ao ser questionada sobre Lula.

O ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, também saiu em defesa do ex-presidente. "Nenhum ato investigativo foi feito contra Lula. Acho que isso está absolutamente claro. Qualquer outra situação é especulação indevida", afirmou, durante evento no Ministério da Educação para anunciar medidas contra o desvio de recursos na área. Cardozo disse ainda que o juiz Sérgio Moro, responsável pela condução da Lava-Jato, deixou claro que o ex-presidente não era alvo das investigações.

O deputado Afonso Florence (BA), um dos nomes que devem disputar a liderança do PT na Câmara, criticou um suposto direcionamento na Lava-Jato. "Não tenho dúvida de que usam um vazamento muito inconsistente como algo para cercar o ex-presidente", afirmou. Para o parlamentar, "circunstâncias muito contundentes" sobre integrantes da oposição não contam com "nenhuma investigação minimamente respeitável".

PF suspeita que Erenice vazou texto de MP a lobistas

28/01/2016

A Polícia Federal suspeita que a ex-ministra Erenice Guerra permitiu que lobistas tivessem acesso antecipado ao texto da Medida Provisória 471, de 2009, antes de o texto ser publicado no Diário Oficial da União (DOU) e encaminhado ao Congresso. A norma, que concedeu incentivos fiscais a montadoras de veículos, teria sido 'comprada' por um suposto esquema de lobby e corrupção investigado na Operação Zelotes.

Como o Estado revelou em outubro, lobistas contratados por empresas do setor automotivo receberam o conteúdo da MP antes de ela ser publicada no Diário Oficial da União. Além disso, puderam alterar o seu conteúdo, incluindo regras de interesse das empresas.

Na época, Erenice era secretária executiva e braço-direito da presidente Dilma Rousseff, então ministra da Casa Civil. A pasta é a última instância de análise de normas dessa natureza, antes da assinatura pelo presidente da República, da publicação e do envio ao Legislativo.

A PF questionou diretamente o advogado Eduardo Valadão, um dos investigados que tiveram acesso ao texto, se o vazamento partiu da então secretária-executiva. O delegado Marlon Cajado, da Polícia Federal, quis saber "se foi Erenice Guerra quem repassou" a ele "as minutas da MP 471, de 2009, e da sua exposição de motivos, que foram encaminhadas posteriormente para Mauro Marcondes, ainda antes da publicação".

Marcondes e a mulher, Cristina, estão presos em Brasília desde outubro, acusados de atuarem para 'comprar' a norma de 2009 e outras duas MPs, editadas em 2010 e em 2013. A Marcondes e Mautoni, empresa que pertencia ao casal, formou um consórcio com a empresa SGR Consultoria, do advogado José Ricardo da Silva. O consórcio foi contratado por montadoras para viabilizar as medidas.

Das 20 perguntas feitas a Valadão, ele respondeu a 18. Só recorreu ao direito de permanecer calado quando questionado sobre o suposto envolvimento de Erenice com o esquema.

O delegado também quis saber se Erenice e o ex-assessor da presidência do Senado Fernando Cesar Mesquita, outro investigado, faziam parte de um grupo que atuou no consórcio SGR/Marcondes e Mautoni, ligado à elaboração e à aprovação da MP 471 no Executivo e no Legislativo. Mais uma vez, Valadão silenciou.

Erenice Guerra foi chefe da Casa Civil entre abril e setembro de 2010, quando foi demitida sob a suspeita de praticar tráfico de influência no governo. Ela sempre negou ter cometido irregularidade enquanto exerceu cargos públicos. Antes de ser ministra, foi secretária-executiva da Casa Civil quando Dilma Rousseff era a ministra do órgão.

Bumlai. A ex-ministra também teria atuado para conseguir clientes para a Davos Energia, empresa que tem Valadão como sócio, conforme mensagens obtidas pela PF. Um deles seria o empresário José Carlos Bumlai. Amigo pessoal do ex-presidente Lula, Bumlai está preso pela Operação Lava Jato, acusado de fazer empréstimos fictícios para lavar dinheiro de propina ao PT. Uma das mensagens, trocada por Valadão em 18 janeiro de 2012, diz: "Na semana passada, a Erenice esteve com o Bumlai aqui em São Paulo e conseguiu fazer um acerto com ele para que façamos a comercialização da energia excedente dele no mercado livre".

No depoimento, o advogado explicou que "nunca houve" essa negociação e que não sabe o nível de relacionamento do empresário preso com Erenice. Disse que, provavelmente, como eram novos no mercado, "recebia indicações de diversas pessoas para comercialização de energia."

Valadão contou que algumas vezes recorreu a Erenice como consultora e se recorda de que ela passou à Davos uma demanda de Fernando Bertin, do grupo Bertin, para compra de energia elétrica no mercado. A indicação, contudo, levou à descapitalização da sua empresa, porque, segundo ele, o grupo não pagou o que havia sido pactuado.

Consultoria. Após deixar o governo, Erenice montou um escritório de advocacia e passou a prestar consultoria a empresas que têm negócios no governo.

A Polícia Federal descobriu no ano passado que o escritório dela associou-se ao de José Ricardo Silva para atuar na defesa na empresa Huawei Telecomunicações no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão do ministro da Fazenda que julga recursos de sanções aplicadas pela Receita a grandes contribuintes.

Em depoimento à PF, Erenice negou ter ajudado José Ricardo a aprovar medidas de interesse do setor automotivo no governo. Sustentou que "não se recorda de ter participado de alguma forma na MP 471/2009" e que lhe foram oferecidas "vantagens".

Ainda em seu depoimento, a ex-ministra ressaltou que "a Casa Civil não tinha participação na elaboração de medidas provisórias do governo", cabendo à pasta "somente a análise jurídica de constitucionalidade". Ela explicou que a elaboração das MPs é feita "pelos ministérios temáticos".

Procurada pela reportagem, Erenice não quis dar entrevista. O advogado de Valadão, Pedro Machado de Almeida Castro, não comentou.

Valor On Line

Mantega deve depor como testemunha de defesa na Zelotes na terça-feira

28/01/2016

Leticia Casado | Valor

BRASÍLIA - O ex-ministro da Fazenda Guido Mantega deve prestar depoimento na Operação Zelotes na próxima terça-feira, dia 2. Mantega foi convocado como testemunha pela defesa do advogado Eduardo Valadão, sócio do lobista José Ricardo da Silva, pivô da Zelotes.

Mantega deve falar por videoconferência do prédio da Justiça Federal em São Paulo. Advogados, promotores e o juiz o interrogarão no prédio da Justiça em Brasília, onde corre a investigação da Zelotes.

Ontem, quarta-feira, o juiz Vallisney Oliveira, da 10ª Vara, em Brasília, autorizou que as testemunhas que moram em outras cidades sejam ouvidas em seus locais de domicílio.

Na próxima semana também devem ser ouvidos como testemunhas de defesa dos réus da Zelotes o ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Miguel Jorge; e o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Moan.

Miguel Jorge foi convocado pela defesa de Valadão. Moan foi convocado por Mauro Marcondes, ex-diretor da Anfavea, apontado pelos investigadores como lobista que atuou em favor de montadoras.

A Zelotes investiga suposto esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e suposto esquema de compra de medidas provisórias (MPs) nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff em favor da indústria automobilística. As MPs concederam benefícios fiscais a montadoras.

Valadão e Marcondes foram presos em outubro. Valadão conseguiu liberdade junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) em dezembro.

O deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) também foi convocado pela defesa de Valadão e deve ser ouvido dia 17 de fevereiro em seu gabinete. Aleluia foi relator da MP 471/2009, que estendeu benefícios fiscais para montadoras nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O objetivo dos advogados que atuam na Zelotes é provar que não houve compra e venda de MPs e, portanto, que a tese da acusação é fantasiosa.

Na terça-feira, dia 26, o procurador da República Frederico Paiva, que atua na Zelotes, disse a jornalistas que vai ser difícil comprovar pagamento de propina a parlamentares em suposto esquema de compra de medidas provisórias em benefício da indústria automotiva. Segundo Paiva, "houve pagamento de propina" em dinheiro vivo, o dificulta o rastreamento.

"A prova é indiciária. Não tem nenhuma prova concreta, de foto de corrupção, da pessoa recebendo a propina. Não é que é difícil provar. Como a característica do crime é entre quatro paredes, o meio de prova é indireto", disse Paiva. "Aí era feito saque na boca do caixa. Teve saque de R\$ 1 milhão em dinheiro em um dia."

"Ninguém aponta quais são as partes dessa suposta compra e venda de medida provisória", diz um dos advogados que atuam na Zelotes.

Globo On Line

Zelotes: Deputado do DEM vai prestar depoimento no gabinete

28/01/2016

José Carlos Aleluia (DEM-BA) foi arrolado por três lobistas

André de Souza

BRASÍLIA - O deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) será ouvido como testemunha na ação penal da Operação Zelotes no dia 17 de fevereiro. O depoimento não será na Justiça Federal do Distrito Federal, como vem ocorrendo com as outras testemunhas, mas em seu gabinete na Câmara dos Deputados. Aleluia também poderia responder por escrito, mas preferiu prestar depoimento. Ele foi arrolado como testemunha por três lobistas réus na Zelotes: Alexandre Paes do Santos (conhecido pela sigla APS), Cristina Mautoni e Eduardo Valadão.

Aleluia foi relator da medida provisória (MP) 471, que beneficiou o setor automotivo. A Zelotes começou investigando irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), ligado ao Ministério da Fazenda. Conselheiros receberiam propina para reduzir e anular multas aplicadas aos contribuintes pela Receita Federal. Depois, os investigadores também passaram a analisar possível venda de trechos de medidas provisórias para beneficiar algumas montadoras, entre elas a Caea, representante da Hyundai, e a MMC Automotores, fábrica da Mitsubishi no Brasil.

Poderão comparecer ao gabinete advogados e réus, inclusive os que estão presos e comparecendo às audiências sob escolta de policiais federais. A defesa de Halysson Carvalho Silva, um dos seis presos entre os 15 réus da ação penal, pediu dispensa para não ir à Câmara e também que seu caso seja desmembrado e julgado à parte.

- Vai ser difícil, né? Tem estrutura para irmos lá? - chegou a questionar o juiz Vallisney de Souza Oliveira, tendo em vista a quantidade de réus e advogados.

Além de Aleluia, há outras 11 pessoas que, em função do cargo que ocupam, podem responder os questionamentos por escrito, entre elas a presidente Dilma Rousseff. Até o momento, apenas o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) fez isso. Ele mandou um ofício informando que não tem nada a declarar sobre os fatos investigados.

Depois de três dias acalorados, com discussão entre a defesa e o Ministério Público, a audiência desta quinta-feira na Justiça Federal para ouvir testemunhas está morna. Pela manhã, foram ouvidas quatro testemunhas do réu Fernando César Mesquita, ex-diretor de Comunicação do Senado. A estratégia foi defender o caráter dele, mostrando sua trajetória profissional e pessoal. Outros depoimentos ocorrerão pela tarde. O juiz Vallisney determinou ainda que todos os advogados tenham acesso a um inquérito policial que não faz parte da ação penal, mas também investiga a possível negociação de medidas provisórias

Consultor Jurídico

Carf deve ser protagonista e não coadjuvante do STJ

28/01/2016

Por Dalton Cesar Cordeiro de Miranda

É notório para aqueles que acompanham o noticiário jurídico o fato de que o Superior Tribunal de Justiça submeteu, para sua 1ª Seção e ao crivo do instituto Repetitivo e pelo REsp 1.221.170 (temas 779 e 780), a controvérsia residente na definição do conceito de insumo para o fim de determinar o alcance - desse conceito - para aproveitamento ao crédito do PIS/Cofins não cumulativos envolvidos na aquisição; ou seja: se é aquela conceituação contida na legislação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (abrangente) ou na do Imposto sobre Produtos Industrializados (restritiva) disposta em Instrução Normativa (Instruções Normativas SRF 243/02; 358/03; e, 404/04). Aqui, por relevante, cabe a observação de que aquela 1ª Seção do STJ não fixou e/ou concluiu o julgamento da matéria, não havendo sequer previsão para quando tal venha a ocorrer.

Também é sabido que em período anterior ao STJ, e em paralelo, já havia o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) forjado respeitada e festejada jurisprudência sobre tal tema, muito em razão do reconhecimento da capacidade técnica de seus integrantes. E o tribunal administrativo vinha solidificando entendimento no sentido de que há de ser observada a essencialidade do insumo empregado no processo de produção, inclusive por sua competente Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF/Carf), exercendo assim sua efetiva missão institucional.

Ocorre que, teve início na tão nova composição da 3ª Turma daquela CSRF/Carf o julgamento de processos administrativos sobre a matéria em comento (itens 77 e 78 da pauta de janeiro/2016). A expectativa era a de que o colegiado superior confirmasse sua própria jurisprudência, adotada que o é em larga escala pelas turmas ordinárias da 3ª Seção do Carf.

Para surpresa, e pasmo da audiência, sinalizou aquela turma possível alteração de seu posicionamento anterior, inclinando-se por assumir uma tendência mais restritiva quanto à possibilidade daquele creditamento; frisamos, sob o argumento de que o Carf estaria se curvando aos comandos do STJ que, conforme adiantamos, ainda não concluiu em definitivo o exame da matéria.

Com o devido respeito, sustentamos a muito que o Carf deve ser o farol cravado em sólido rochedo a jogar luzes ao "pesado navio" que é o STJ, quando navegando nos tormentosos mares do Direito Tributário.

E mais, a atuação do Carf deveria se assemelhar com a da personagem Crispino de Italo Calvino (Um general na biblioteca, Ed Companhia das Letras, 2001), que diante da ameaça de generais, apresenta-lhes as melhores doutrinas, permitindo-lhes com isso enxergar novos

horizontes, mesmo que por um curto espaço de tempo, mas longo o bastante para modificar a compreensão de mundo que carregavam sobre os ombros conservadores.

O **Carf** ainda não encerrou a análise daqueles processos administrativos, e esperamos que haja assim tempo suficiente para reflexão e adoção de um novo papel daquele tribunal administrativo, quando da retomada do julgamento da matéria, posicionando-se de modo a ser protagonista e não coadjuvante do STJ, fazendo com isso valer sua exitosa história.

Veja On line

Mercadante nega ter negociado MPs investigadas na Zelotes

28/01/2016

Ministro petista ainda declarou por escrito à Justiça Federal que não conhece lobista

O ministro petista Aloizio Mercadante (Educação) afirmou nesta quinta-feira à Justiça Federal que não participou das negociações para aprovação das medidas provisórias investigadas na Operação Zelotes.

O ministro afirmou que não reconhece o réu Eduardo Gonçalves Valadão, que o arrolou como testemunha de defesa. Valadão é um dos lobistas acusados de integrar uma quadrilha que pagou propina no governo e no Congresso para acelerar a aprovação das MPs benéficas ao setor automotivo e para reduzir multas no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**).

Posso assegurar que nunca tratei do assunto em tela, ou de qualquer outro, com essa citada pessoa, disse Mercadante, conforme ofício encaminhado ao juiz Vallisney de Souza Oliveira, da 10ª Vara Federal do Distrito Federal.

Sobre a MP 471/2009, o petista disse: nunca tratei do assunto, seja junto ao governo federal, seja no âmbito do Senado. Assevero que não discuti a matéria, tampouco participei da votação da medida provisória, em razão de estar afastado de minhas atividades parlamentares, em decorrência de recuperação de ordem médica.

Ele também declarou não ter participado da aprovação da MP 512/2010, uma vez que não detinha mais mandato de senador e estava exercendo cargo de ministro de estado da Ciência, Tecnologia e Inovação. O petista informou que era ministro da Educação quando da aprovação da MP 627/2013 e que também nunca tratou do assunto.

Como ministro de Estado, Mercadante tem foro privilegiado e usou a prerrogativa de responder por escrito à notificação da Justiça. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) já informado por escrito que não tinha nada a declarar sobre as investigações. A presidente Dilma Rousseff também deve se manifestar por ofício até a próxima sexta-feira, a pedido do juiz

JB On Line - RJ

Guido Mantega presta depoimento na Polícia Federal

28/01/2016

O ex-ministro da Fazenda Guido Mantega está sendo ouvido na sede da Polícia Federal, em São Paulo, nesta quinta-feira (28). O depoimento já dura quase duas horas. A assessoria da PF não informou, no entanto, o motivo da ida do ex-ministro.

Mantega teve os sigilos fiscal e bancário quebrados no final de 2015 pelo juiz da 10ª Vara Federal de Brasília, Vallisney de Souza Oliveira, responsável por coordenar os inquéritos da operação Zelotes.

A oitiva de Mantega estava prevista para o próximo dia 2, mas o juiz enviou à Justiça Federal de São Paulo, onde Mantega mora, um pedido para que esse testemunho ocorra no dia 4 por videoconferência. O magistrado aguarda uma resposta para confirmar a nova data.

A operação investiga um grande esquema de sonegação fiscal, compra de Medidas Provisórias e pagamento de propina a integrantes do **Carf** (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), ligado ao Ministério da Fazenda.

Os depoimentos da Zelotes na Polícia Federal começaram a ser prestados na última segunda-feira (26).

JB On Line - RJ

Agente da Polícia Federal de Brasília ganha o apelido de 'japonês da Zelotes'

28/01/2016

Roberto Shiniti Matsuuchi escolta os réus presos, lobistas, para as audiências em Brasília

Mariana Londres, do R7, em Brasília

Encarregado de escoltar os lobistas presos na Operação Zelotes para a semana de depoimentos na 10ª Vara Federal em Brasília, o agente Roberto Shiniti Matsuuchi foi logo apelidado de o 'japonês da Zelotes' pelos jornalistas e colegas da Polícia Federal. A semelhança física com o agente da Lava-Jato Newton Ishii é impressionante e ambos desempenham o mesmo papel nas operações, de escoltar réus presos.

Em Curitiba, o 'japonês da federal', Newton Ishii, chamou atenção ao escoltar políticos e grandes empresários na Operação Lava-Jato. Com isso virou até marchinha e máscara de carnaval.

Na Zelotes, Shiniti, ou China, como é conhecido pelos colegas, escolta diariamente um dos seis réus presos na Operação que são levados desde segunda-feira (25) da carceragem ao fórum onde ocorrem as audiências da ação penal decorrente da operação. Colegas brincam com a semelhança e dizem que o japonês deles é o falsificado, já que o verdadeiro está em Curitiba, na Lava-Jato.

Tanto Ishii como Shiniti são descendentes de japoneses, têm a mesma altura, cabelo grisalho e ficam praticamente idênticos com o uniforme preto da PF.

Japonês da PF agora é boneco de Olinda

Com 28 anos de polícia, Shiniti está prestes a se aposentar, assim como o seu colega de Curitiba. Os policiais se conheceram em operações, já que Shiniti já percorreu o País pela PF.

Uma das grandes operações do 'japonês da Zelotes' foi a que prendeu o ex-deputado Hildebrando Paschoal, acusado de liderar um grupo de extermínio que atuou no Acre durante a década de 90. O grupo ficou conhecido pela crueldade, como o uso de uma motosserra para matar oponentes. Paschoal continua preso em presídio de Segurança Máxima no Acre.

De casos famosos, Shiniti também atuou na escolta de Fernandinho Beira-Mar, um dos maiores traficantes do País.

Faixa preta em karatê, o japonês da Zelotes herdou do pai, imigrante japonês, a paixão pela polícia e pelo treinamento. Além de atuar em operações, ele sempre trabalhou como professor e em treinamentos de ponta da PF. Antes de virar professor foi treinado pela Swat americana, em Miami. Na PF atuou ainda no Comando de Operações Táticas (COT), a tropa de elite da PF.

Seis lobistas estão presos desde outubro de 2015 em Brasília. A denúncia tem ainda outros 10 réus.

A Operação Zelotes apura suspeitas de manipulação de julgamentos no **Carf** (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), da Receita Federal, com prejuízos estimados de R\$ 19 bilhões em impostos e multas não pagos por empresas que haviam sido autuadas pela Receita. A Zelotes investiga ainda a compra de medidas provisórias que desoneraram o setor automotivo. Seis lobistas estão presos desde outubro de 2015 em Brasília. A denúncia tem ainda outros oito réus

Consultor Jurídico

PGFN arrecada R\$ 14 bilhões em 2015 ao priorizar recuperação de grandes valores

28/01/2016

Com a nova estratégia de focar casos de grandes valores com maior chance de recuperação da Dívida Ativa da União, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional arrecadou para os cofres públicos mais de R\$ 14 bilhões em 2015. Somados aos R\$ 19,9 bilhões economizados, o órgão vinculado administrativamente ao Ministério da Fazenda, e tecnicamente à Advocacia-Geral da União, garantiu mais de R\$ 33,9 bilhões ao erário.

Para o procurador-geral da Fazenda Nacional, Fabrício Da Soller, o Novo Plano de Cobrança da Dívida Ativa é um instrumento que permite concentrar esforços nos processos que têm maior chance de recuperação. É uma estratégia que reduz o trabalho dos procuradores em processos que não trarão resultados de forma a impactar positivamente na arrecadação, pontuou.

No Superior Tribunal de Justiça, a PGFN confirmou a incidência de Imposto de Renda Pessoa Física sobre o adicional de um terço de férias gozadas. Caso a decisão fosse contrária, impactaria os cofres públicos em R\$ 4,2 bilhões em 2015, R\$ 4,7 bilhões em 2016, e R\$ 5,2 bilhões em 2017.

Além dos processos judiciais, a PGFN também atuou de forma decisiva na esfera administrativa. Somente na atuação perante o **Carf**, por exemplo, foram economizados mais de R\$ 19 bilhões no primeiro trimestre de 2015, já que as sessões de julgamento foram suspensas entre abril e novembro por causa da operação zelotes.

Outro destaque foi a assinatura de acordo com a Secretaria Nacional de Justiça para a instalação de um laboratório especializado em combater a fraude fiscal. O projeto vai integrar a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia (Rede-LAB) do Ministério da Justiça e usará a mesma tecnologia da Polícia Federal na investigação de lavagem de dinheiro e corrupção. Com informações da Assessoria de Imprensa da AGU.